MEMÓRIAS CONFINADAS
Ilha das Flores: uma vida revisitada na prisão

Lincoln de Abreu Penna

MEMÓRIAS CONFINADAS
Ilha das Flores: uma vida revisitada na prisão

LETRAPITAL

Copyright © Lincoln de Abreu Penna, 2025

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais
forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Do autor

PROJETO GRÁFICO E CAPA Tiago Soares de Macedo

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P459m

Penna, Lincoln de Abreu

Memórias confinadas – Ilha das Flores : uma vida revisitada na prisão / Lincoln de Abreu
Penna. - 1 ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.

214 p. ; 15,5x23 cm.

ISBN 978-65-5252-147-7

1. Brasil - História - 1964-1985 2. Ditadura militar 3. Censura 4. Memórias autobiográficas

I. Título

25-1725

CDD: 981.063

CDU: 94(81)“1964/1985”

Angélica Ilacqua – Bibliotecária - CRB-8/7057

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465
www.letracapital.com.br

À memória de Antônio Gomes Penna
(1917-2010), meu pai, pelo afeto,
e a intransigente defesa da dignidade
e autoestima, indispensáveis para que
enfrentasse as minhas adversidades.

E

De Jayme de Amorim Miranda (1926-1975),
jornalista e advogado, um exemplo de
Ser Humano e um autêntico militante
comunista assassinado pela fúria
da ditadura de 1964.

Prefácio

Escrivi este livro ao longo de 2024, ano que registrou as seis décadas do golpe que sequestrou a democracia, que ainda limitada permitia que as liberdades democráticas fossem manifestadas sem restrições. O golpe as impediu por completo tão logo consumada a queda do governo legítimo e legitimado pelas forças populares do presidente João Goulart. Era para ser lançado em meados desse ano, porém a incerteza de sua oportunidade quanto a dar vida a esse trabalho de reminiscências políticas foram adiando a sua edição.

Cabe dizer que algumas passagens meramente residuais se encontram no meu livro “Memórias de Um Historiador. Inventário de uma geração”, editado em 2018 pela editora Letra Capital. A pressa em publicar essas memórias foi provocada por um longo período de recuperação de um carcinoma, que embora tenha sido bem superado deixou sequelas, o que me levou a tomar a iniciativa de deixar um depoimento para os meus núcleos afetivos.

Diferente desse livro, o anterior abrangia uma boa parte de minha trajetória. Neste, o que faço de quando em vez é relebrá-la sem o intuito de dar maior detalhamentos, pois ao mencioná-las elas faziam parte do exercício que fazia

para não me deixar mais isolado do que estava. Era, portanto, uma necessidade para que pudesse suportar além do distanciamento com os entes queridos e superar os traumas decorrentes de seguidas violações de meus direitos, como dos que eram seguidamente torturados.

O atraso em publicar essas memórias se deve também à conclusão de um outro livro relativo à Carta-testamento do presidente Getúlio Vargas, em razão da passagem dos 70 anos do suicídio que abalou o país, especialmente as massas trabalhadoras brasileiras. Não podia deixar de registrar esse fato e as suas repercussões imediatas e mediatas em nossa história política. Ao término da redação do livro, verdadeiro fato gerador que resultaria em pelo menos três tentativas golpistas¹, em 1955, 1956 e 1959, não tive dúvidas em escrever essas memórias confinadas.

O confinamento se aplica não apenas por ter “escrito” na prisão mentalmente e sob forma de aliviar as tensões e a opressão vividas durante o tempo em que estive detido. Estar confinado significa mais do que estar preso e impedido de agir livremente. Na verdade, o conviver com alguma forma de confinamento impede a livre manifestação do seu querer, da expressão libertária do ideário que orienta sua existência. Mas, é claro que uma vez confinado objetivamente numa cela essa sensação de cerceamento à liberdade em seu sentido mais absoluto só pode produzir relatos que vão da angústia à quebra de toda e qualquer repressão que seja, externa ou interna.

O que segue foi fruto de várias reflexões e lembranças memorizadas que me ajudaram a suportar as dores de quem é vítima da repressão de um regime ditatorial. E o relato foi de alguma maneira recuperado no tempo em que estive preso na Ilha das Flores entre maio e junho de 1969. A própria evocação desenvolvida durante esse período me levou a registrar lembranças trazidas de fora que se juntaram a tantas outras.

¹ Ver Lincoln de Abreu Penna, *A República dos Golpes*. Rio de Janeiro: editora E-papers, 2021.

Com intervalos de anos desde a ideia original até a sua redação deste livro, só levado à efeito quando visitei muito tempo depois o local onde estive detido.

Menciono os momentos imediatamente anteriores e posteriores à prisão. Em seguida, detalho com evocações de vida os dias passados sem ver plenamente o sol um dia sequer. Algumas repetições visam retomar as informações apresentadas na Introdução. Prefiro usar essa forma de narrativa para fixar o leitor sobre fatos e situações, ao mesmo tempo que procurei dar uma forma de depoimento, sem a preocupação literária ou acadêmica, como normalmente acontece em trabalhos que têm essas perspectivas.

Como depoimento desprovido de documentação ou fontes com base nas quais se recuperam os acontecimentos de uma trajetória de vida, este livro é um depoimento livre desses procedimentos de recuperação de fatos passados, muito embora cito trechos de textos produzidos por mim e que mesmo tendo sido elaborados posteriormente aos fatos de minha prisão, me pareceram pertinentes, em razão de darem sentido ao que se denomina de autobiografia.

Por sinal, algo que prefiro chamar de auto história. A diferença é que esta modalidade sugere um natural engajamento como cidadão, cujos acontecimentos incluídos no relato fazem parte de uma visão de mundo na perspectiva de quem o escreve.

No conjunto das reminiscências há as que se passaram nos tempos de estudante, outras ocorridas durante os anos do exercício do magistério e aqueles que reunindo esses dois tempos se referem à militância que exerci no PCB, onde relato impressões a respeito do ser comunista e aquelas em que discorro episódios que têm a ver comigo enquanto membro dessa organização política.

São registros que não obedecem à cronologia. Por vezes ela é subvertida com as idas e vindas em razão de fatos lembrados e rerepresentados de acordo com o impulso memoriaístico. Cheguei a pensar em dar uma ordenação para facilitar

a narrativa, mas acabei por optar pelo respeito à memória que me vinha frequentemente.

Um relato que se baseia num exercício memorialístico é sempre passível de inúmeras ausências. Contudo, geralmente fica o que significa e é este o dado essencial para a reconstituição de um período histórico, sobretudo quando o relato parte de alguém que viveu com alguma intensidade esses momentos, e de forma comprometida com ele, o tempo vivido, como acontece com o formato de auto histórias.

Nesses casos descer às minúcias não é dar atenção aos pormenores, porque estes são em geral o que mais permanecem nos relatos centrados em experiências pessoais. Detalhes não devem ser desperdiçados quando se pretende situar alguém no centro de acontecimentos que de alguma forma lhe pertencem e se conjugam com o conjunto dos fatos que caracterizam um momento histórico.

Ao lançar este livro nas proximidades dos sessenta anos dos acontecimentos de 1968, ano das múltiplas manifestações estudantis e culturais, dentre as quais a Passeata dos Cem Mil ocorrida em 26 de junho desse ano no Rio de Janeiro, resolvi incluir no relato um artigo que havia sido publicado num periódico acadêmico cujo número fora dedicado à época aos acontecimentos do ano de 1968.

Fica, portanto, como uma pequena contribuição aos interessados em informações sobre aquele ano tão especial do ponto de vista político e cultural, que apesar da ditadura as manifestações pareciam prever desdobramentos a apontar para os sonhos de uma geração tão desejosa de torná-los realidade.

Por fim, rememorar fatos, situações, dores individualizadas e coletivas, não dá prazer algum. Mas, fica a mensagem de que mesmo nas condições de aprisionamento e de terror sistemático onde a pior tortura é a que sentimos pelos outros, tornar público esses momentos para quem o viveu só foi possível ao incluir as vivências que a antecederam e as que se sucederam à prisão. Ela provocou o exercício da

reflexão continuada, única possível naquelas condições, suficiente para expiar os maus tratos dos dias que se tornaram multiplicados pelo confinamento.

Assim, com estas lembranças pretendi renovar as energias com vistas a projetos futuros, na hipótese de ainda poder usufruí-lo na plenitude de minha consciência. Ocorreu-me, então, reescrever o passado à luz de um fato e através dele relacionar os vários passados com o presente através da escrita, numa obra de auto história em que as paixões por fatos e feitos sobreponham ao relato contido de uma trajetória de vida.

Mais do que também um relato cronológico de acontecimentos marcantes esse gênero que alia as dimensões do tempo conhecido com as dimensões interpretativas e assumidamente pessoais, de tal maneira que a essa forma de escrita *para si* resulte numa história impura², porquanto engajada no ideário de quem a escreve e para quem se escreve.

A impureza não a desqualifica. Ao contrário dá-lhe uma dimensão de veracidade, de autenticidade, e neste sentido a história é uma permanente mistura de métodos criteriosamente selecionados por quem a escreve e de subjetividades que cercam aqueles que dão vazão as narrativas do tempo. Por outro lado, cada tempo encontra-se num lugar e este muitas das vezes, senão sempre, condiciona a percepção do tempo vivido.

Senti essa mistura do rigor e das emoções na experiência forçada dos tempos passados na Ilha onde pude rememorar situações de tempos outros a se encontrarem no redemoinho das circunstâncias de uma prisão de natureza política.

A motivação para empreender uma viagem no tempo foi provocada pelos momentos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe de estado perpetrado pelos militares e estimulado e financiado amplamente por uma parcela do empresariado. Golpe de classe, mas principalmente um golpe antidemocrático e reativo a mudanças estruturantes.

² Tomo emprestado o vocábulo utilizado por Astrojildo Pereira em seu livro “Crítica Impura”, com a mesma intenção do autor.

Logo, um processo de alinhamento com o imperialismo e sua matriz ou sede maior, os Estados Unidos da América do Norte a comandar boa parte do Ocidente. Como essencialmente nada mudou é oportuno e necessário que se avivem as nossas memórias, mesmo dos tempos amargos que não podem ser esquecidos.

Por fim, a necessidade de manter a memória nacional em condições de expurgar os crimes políticos cometidos pela ditadura militar e empresarial ainda impunes. Nada tem a ver com represaria, como costumam evocar as falas dos que desejam sepultar as truculências que foram cometidas contra os que independentemente das formas de luta se opuseram contra o regime que buscou descaracterizar a democracia que precisamos preservar no essencial e ampliá-la no que se refere à incorporação das grandes massas de nossa gente.

Sumário

Prefácio	7
Capítulo 1	15
Capítulo 2	21
Capítulo 3	41
Capítulo 4	51
Capítulo 5	83
Capítulo 6	103
Capítulo 7	113
Capítulo 8	125
Capítulo 9	135
Capítulo 10.....	145
Capítulo 11.....	153
Capítulo 12	163
Capítulo 13	173
Capítulo 14.....	183
Capítulo 15.....	185
Capítulo 16.....	191
Epílogo	205

1.

A minha prisão na Ilha das Flores me fez refletir sobre algumas passagens de minha vida enquanto lá estive detido. Esse fato escolhido para refazer o passado na sintonia com o presente teve seu começo pelo CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Este organismo¹ integrava a política de segurança e repressão da ditadura militar e com apoios empresariais, cujo papel consistia em financiar as investigações, a manutenção e eventualmente a expansão desses centros de apuração e detenção de presos políticos, bem como a importação de técnicas de torturas visando à obtenção de informações que propiciassem o desmantelamento das organizações revolucionárias que combatiam o regime instalado em 1964.

Mas se esse foi o pretexto, o de combater grupos da esquerda armada, por //exemplo, o alcance foi ampliado na direção de todas as forças sociais e políticas envolvidas na defesa de bandeiras como a das liberdades democráticas e da anistia para todos os presos políticos da ditadura. E nessa ampliação dos aparelhos repressivos do estado ditatorial não existia diferenciação entre os que lutavam com armas

¹ O CENIMAR foi, após a ditadura, substituído pelo Serviço de Informações da Marinha (SIM), que não guarda qualquer registro das operações do antigo órgão.

na mão dos que se opunham ao regime de exceção através de formas de aglutinação dentro ou fora da legalidade então instituída. Era o caso dos comunistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A Resolução do VI Congresso do *Partidão* não excluía a forma de luta armada, porém sinalizava para ações unitárias de modo a arregimentar as correntes que se colocavam contra a ditadura.

Como tinha sido desde cedo me voltado ao que se passava no país acompanhava as orientações do PCB por julgar que elas tinham coerência no campo dos que rejeitavam o golpe e a política adotada pelos golpistas. Desde os tempos estudantis e no início de minhas atividades no magistério não escondia a minha aversão aos novos governantes que haviam subvertido o estado democrático de direito. Detido e trancafiado na Ilha das Flores, sob a coordenação do 1º Distrito Naval, onde operava o GENIMAR, não me surpreendi quando fui detido. Afinal, quem rejeitava e não escondia a condição depositor ´ditadura corria o risco de sofrer as consequências desse posicionamento.

Com a prisão, começaria nesse momento o exercício memorialístico de uma vida alternando-o com os das minhas no campo das ações políticas. A escolha de um relato surdo e mudo porque absolutamente introspectivo poderia recair em outras prisões, mas o tempo em que permaneci preso em outras ocasiões foi diminuto. Diferente de uma solitária, que me obrigava a pensar e a me descobrir num mecanismo de autoanálise necessário para que me mantivesse vivo, ativo e capaz de preservar intacta a autoestima e alimentar com força a minha indignação. Não com a prisão apenas, mas com o país que se via sob o domínio de militares a serviço das classes dominantes subalternizadas diante dos grandes grupos internacionais e tementes do povo, o que me parecia um contrassenso em face do que pensava a respeito dos militares. Escapava à época a compreensão de que em última instância eles compunham um aparelho de estado maior dos que realmente detinham o poder de fato.

A prisão na Ilha da Flores, hoje em dia não mais uma ilha porque vinculada territorialmente ao continente, levou-me ao distanciamento com o mundo, indispensável isolamento para desenvolver a reflexão, e com isso manter a integridade perante meus carcereiros, que em muitos momentos pareciam mais atemorizados diante de um jovem professor que não inspirava funcionando, pois, jamais passei a imagem de culpado por algum crime.

Dava-me a tranquilidade necessária para expulsar qualquer manifestação de ansiedade, agonia, depressão ou qualquer sentido devastador para o meu equilíbrio emocional. Parecia estar cumprindo um enredo no qual estava prevista a cessação de minha liberdade de ir e vir por algum tempo e logo iria reaver a minha plena liberdade. Cumpria na prisão, então, um capítulo desse enredo. Não me resignei, mas me aquietei. Naquelas condições essa atitude se impunha.

Buscar na memória em face do contexto em que me encontrava pude desenvolver uma vontade incontida de escrever. Esta, aliás, foi o motivo para que num dado momento tenha solicitado papel e lápis. Parecia que a ausência desses meios de reter e expressar o que vinha aos borbotões em minha mente era muito superior à própria liberdade. Naquele instante trocava o direito de escrevinhar do que o de ser liberto sem a proteção garantida de que não correria o risco de desaparecer. Fantasia macabra, mas não inteiramente absurda naqueles tempos de absoluta supressão das garantias para quem era tido como subversivo.

Assim, reunir forças nesses casos é ter consciência do que se fez em favor daquilo que julgamos justo, sensato, correto e necessário. Por esses motivos escrevi mentalmente uma espécie de diário de prisão, mas a ele incorporei as muitas prisões vividas antes e agora acrescidas por tantas outras vividas. Neste sentido, posso dizer que a prisão na Ilha das Flores se subtraiu vários dias de liberdade, por outro lado provocou inúmeros dias de um reconhecimento, que possivelmente não teria experimentado, pelo menos

tão fortemente. Preso, pude libertar-me de antigos fantasmas e recalques que se não me atormentavam me impediam de assumir as minhas feridas de sofrimentos passados. A prisão me fez senhor do meu passado por completo. A prisão representou a miniaturização de meu universo, e ele agora era todo meu, sem que fosse preciso dividir com mais ninguém.

Foi entre os dias 21 de maio e 23 de junho de 1969 que estive preso na Ilha das Flores. Nesse período fiquei distante não somente de seres queridos como alheio ao que se passava no mundo. Permaneci absolutamente centrado em minha existência. E essa experiência me fez entender muita coisa que se encontrava reprimida em minha história de vida. Não conseguia pôr no papel o inventário de minha vida realizado nos “breves” trinta e três dias de confinamento absoluto². Neste diálogo comigo mesmo realizei o que se poderia qualificar de uma autoanálise, sem a pretensão de chegar a qualquer diagnóstico senão o de arrolar fatos e feitos, tensões e distensões, amores e desamores, frustrações e grandes alegrias. Exerci o que chamaria de uma pedagogia da resistência à opressão.

Falar enquanto caminhava não me era estranho. Desde a adolescência praticava o que muitos no espaço público poderia qualificar de um maluquinho porque mesmo calado, mas mexendo os lábios visível para quem me via era assim que andava ao léu, sem destino. Portanto, ao caminhar de lado a lado no espaço da cadeia reproduzia aqueles tempos em que não tinha senão uma sensação de solidão sem angústia. Parece que ao me lembrar dessas caminhadas agora no exíguo espaço que dispunha pus-me a reconstituir os bons e os maus instantes passados, como um inventário que me propus a fazer. Fi-lo (lembro-me das falas de Jânio Quadros) porque me preenchia o enorme tempo de nada fazer.

² O absoluto fica por conta dos primeiros quinze dias em que estive só na cela, sem dela sair. Mas também em razão de ficar absoluto comigo mesmo.

Nos anos imediatamente anteriores ao golpe, o Brasil representava um raro exemplo de convivência democrática na América Latina, não obstante os surtos golpistas e as ameaças de tendências antidemocráticas. Contudo, nem as tentativas de golpe como os de 1955, 1956, 1959 e 1961, esta acabando por restringir os poderes presidenciais com a instituição do Parlamentarismo, foram suficientes para criar um ambiente de insegurança política e institucional capaz de configurar um amplo retrocesso político.

A própria eleição e os escassos sete meses de governo de Jânio Quadros em nada pressupunha algum tipo de retrocesso, mesmo tendo adotado uma política econômica ortodoxa e contrária ao espírito desenvolvimentista que embaraçava os que apostavam num arranco da economia brasileira. A isso, o presidente havia contraposto a adoção de uma política externa independente, haja vista a relação com a Cuba revolucionária em marcha para a opção socialista àquela altura.

Na sociedade em geral o clima de relativa tranquilidade jamais poderia pressupor que essa situação mudasse de forma tão extremada a ponto de se interromper um mandato presidencial legitimado pelas urnas, uma vez que o vice-presidente eleito João Goulart³ havia tomado posse com a renúncia do presidente Quadros e, portanto, havia sido legalmente empossado e meses depois recuperado os seus poderes presidenciais com o plebiscito que restabeleceu o presidencialismo.

Nada poderia supor, mesmo nas esquerdas, que o país fosse alvo de um golpe amparado por setores não desprezíveis da sociedade, dentre eles o grosso do empresariado, amplos segmentos da classe média e contando com a iniciativa de um punhado de oficiais generais que impuseram a destituição de Jango. Até mesmo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que contava com um setor constituído em

³ Na eleição de 1960 e desde o início da República, o vice-presidente era eleito separadamente do presidente.

grande parte por militares da reserva e da ativa vinculados de alguma forma ao partido, o denominado ANTIMIL, foi capaz de identificar a ação golpista. Os próprios dirigentes quando instados a se manifestarem em relação a hipótese de um golpe reacionário negavam essa possibilidade. Daí, não se descarta a tese segundo a qual as várias variantes democráticas terem sido tragadas pelos golpistas de maneira a se imporem praticamente sem resistência alguma.

2.

Foi ao retornar à Ilha, cerca de quase meio século depois em virtude da convocação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), é que decidi narrar em linhas gerais o período que como preso político da ditadura lá estive detido. Estar só não afasta o mundo real. Aguça sua presença na solidão, pois precisamos dele para poder subsistir. A prisão nos liberta das convenções e nos abre a possibilidade de enxergar o oculto. Assim, ao retornar aqueles dias de cárcere, mesmo por uns instantes e em condições de plena liberdade, me dei conta de que não é permitido esquecer jamais aquele espaço revisitado anos depois.

É essa a senda das linhas que compõem este escrito, que ganhou sem que quisesse originalmente a dimensão de um livro em razão de suja extensão. Procurei escrevê-lo de impulso evitando o excesso de racionalidade sem, no entanto, eliminar por completo a razão. Meu método foi o de dar *solavancos* aos impulsos de tal forma que uma vez esgotados eu interrompia a escrita para retomá-la quando a memória me mobilizava por algum motivo.

Reabria então o arquivo e dava vazão aos tais impulsos. Claro que ao cabo do texto, uma vez assim o considerando concluído refiz a leitura, que até então tinha sido feita por